



ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e nove, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores de Joinville, realizou-se a centésima décima quarta Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, Conselheira **Cléia Aparecida Clemente Giosole**, Presidente do CMS, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida apresentou a pauta da reunião: **1-EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião; **1.2** Leitura e Aprovação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 13.07.09; **1.3** Proposta referente horário de início e término das reuniões do conselho; **2-ORDEM DO DIA: 2.1** Apresentação do Relatório da Comissão de Assuntos Externos, referente visita à Maternidade Darcy Vargas e indicação de um conselheiro para fazer parte do conselho gestor da referida maternidade; **2.2** Apresentação do Parecer nº 26/09 da Comissão de Assuntos Internos, referente a Prestação de Contas do Abrigo Animal dos meses de março e abril de 2009; **2.3** Apresentação da Lei Orçamentária Anual; **2.4** Apresentação do Plano de Ação de 2009 e eventos realizados – CEREST; **2.5** Rediscussão da prática da Comissão Municipal da Saúde do Trabalhador, conforme Resolução nº. 15/09-CMS; **3-ASSUNTOS DIVERSOS - 4-INFORMES GERAIS**. A pauta foi aprovada por unanimidade. Foi pedido inclusão de pauta para a Vigilância Sanitária e Ambiental apresentar o Plano Municipal, em caráter de urgência, visto que o prazo para encaminhamento ao Estado termina no final do corrente mês. Foi solicitado que seja encaminhado para apreciação da CAI, e que o Conselho emita um parecer já na Assembleia Ordinária do dia vinte e oito. Ficou acordado que a Vigilância dividiria o tempo cedido à apresentação do Cerest, ficando cada um com um tempo de dez minutos. Inclusão aprovada por unanimidade. **1.3** A presidente esclareceu que devido aos muitos atrasos dos conselheiros, a Mesa Diretora propõe que o tempo para a reunião seja contado a partir do momento em que se tiver quórum, ou seja, se a reunião começar às seis horas e quarenta e cinco minutos, ela será estendida até às vinte horas e quarenta e cinco minutos, para assim garantir que a reunião tenha duas horas de duração conforme previsto. A proposta foi aprovada pela maioria dos conselheiros. **2.1** A conselheira Marli Lipinski Wulff cumprimentou a todos e procedeu à leitura do Relatório da Comissão de Assuntos Externos referente a visita à Maternidade Darcy Vargas: *“No dia 16/07/2009 (quinta-feira), a Comissão de Assuntos Externos (CAE) do Conselho Municipal de Saúde, fez visita à Maternidade Darcy Vargas, conforme solicitado através de ofício ao referido Conselho. Em reunião com o Dr. Armando Dias - Diretor da MDV, e a Sra. Marlene Borderes Buzzi - Gerente Administradora, foi esclarecido que a Maternidade atende somente pelo SUS, e que há mensalmente, reunião do Conselho Gestor com representação da Comunidade, para troca de informações sobre melhorias implantadas e deficiências a serem sanadas pela Instituição. Foi sugerido que esta Comissão faça visitas periódicas à Instituição, para verificação in loco das necessidades da Entidade, além de acompanhamento e divulgação junto ao CMS das melhorias. Também foi relatado as mudanças já ocorridas e outras que até o final do ano deverão estar concretizadas, tais como: 1) Medidas internas para ativar mais leitos e alocar lugar para acompanhantes, para não uso de leitos destinados a pacientes, para este fim; 2) Implantação do sistema de informática visando aperfeiçoar o controle de visitas e a quantidade de leitos disponíveis, após alta; 3) Ar condicionado para todos os quartos; 4) Cortinas e ou persianas novas; 5) Verificação da parte elétrica; 6) Aumento de postos de guardas para 08; 7) Fechamento dos acessos excedentes, hoje há 14 (quatorze) acessos; 8) Grades nas janelas; 9) Construção de calçadas; 10) Capacitação de todos os empregados; 11) Desenvolvimento do Centro de Estudo de Pesquisa; 12) Implantação de cabos de fibra ótica - já em andamento; 13) Instalação da nova central telefônica - já em andamento; 14) Política de HUMANIZAÇÃO bastante desenvolvida, e serviço de OUVIDORIA eficaz sendo o percentual de resolução*



dos casos apresentados de 95%. Após reunião, a Comissão visitou algumas alas da Maternidade, onde foi constatado a fase de acabamento de serviços de pintura em todos os aposentos, bem como instalação de ar-condicionado.” A presidente perguntou se algum

55 conselheiro gostaria de fazer parte do Conselho Gestor da Maternidade Darcy Vargas. Apresentaram-se os conselheiros Marli Lipinski Wulff, Bruna Heinz de Souza, e Valério Rodrigues. A conselheira Ana Maria Jansen esclareceu que o representante do CMS que for indicado para fazer parte do Conselho Gestor, deve pertencer ao segmento usuário. Portanto a indicação se restringiu à conselheira Marli. O conselheiro Valério Rodrigues

60 solicitou que se busque mais informações, para confirmar se realmente é necessário ser do segmento usuário para compor tal Conselho. A presidente concordou em fazer nova votação na próxima reunião, caso tal informação não se confirme. Em votação, a maioria dos conselheiros aprovou a indicação de Marli Lipinski. **2.2** Conselheiro Leonardo Rosalvo Jucinsky apresentou o Parecer nº 26/09 da Comissão de Assuntos Internos, referente a

65 Prestação de Contas do Abrigo Animal dos meses de março e abril de 2009: “*Considerando que : os quadros elaborados demonstram adequadamente a fonte das receitas; as despesas estão enquadradas regularmente e não apresentam discrepância; a instituição apresentou cópia das notas fiscais, referente gastos no período; Sugere-se: a aprovação da Prestação de Contas, referente os meses de março e abril de 2009 do Abrigo Animal.*” O parecer foi

70 aprovado pela maioria dos conselheiros presentes, sendo que o conselheiro Valmor João Machado registrou voto contrário, e o conselheiro Mendes José Maulli se absteve. **2.3** Senhor Vilson Méier, representante da Secretaria Municipal de Saúde, apresentou a Lei Orçamentária Anual, e prestou esclarecimentos ao Conselho sobre o motivo de não ter passado por este Conselho a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O Senhor Vilson iniciou cumprimentando a todos, e explicou que há três momentos. Primeiro, o PPA passou pelo

75 Conselho, depois foi encaminhado à SEPLAN, e depois à Câmara de Vereadores. Depois disso vêm a LDO, no qual a Secretaria da Saúde também não teve envolvimento, visto que entendeu-se que a LDO não teria impacto, ou seja, não causaria mudanças no orçamento do PPA. Mas houve uma reunião entre a SEPLAN, a Mesa Diretora do Conselho e a

80 Secretaria, com objetivo de se rever isso, para que no próximo ano aconteça de uma melhor forma. Então passou a apresentar a LOA 2010 (dois mil e dez). Iniciou dizendo que a LOA é praticamente uma cópia do PPA, não houve nenhuma grande mudança. No PPA, havia uma previsão de gastos e despesas para o próximo ano de R\$ 269.000.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões de Reais), mas houve uma redução no repasse da Prefeitura de R\$

85 4.000.000,00 (quatro milhões), portanto a LOA passou a ser de R\$ 265.000.000 (duzentos e sessenta e cinco milhões). Esclareceu que a redução se deve ao fato de reavaliação da receita da Prefeitura, mas como a maioria dos repasses da Prefeitura são para folha de pagamento, eles se comprometem a providenciar suplementação no decorrer do ano se for necessário. Detalhou a Receita e as Despesas Orçamentárias, especificando o valor destinado a cada um dos Setores e Programas da Secretaria, conforme documento anexo.

90 Finalizou dizendo que está deixando cópia dos documentos com a Mesa Diretora, e que estará disponível para quem desejar analisá-lo. Foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes o encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos. Depois a Presidente passou a palavra à Dra. Selma, que passou a apresentar o Cronograma de

95 Acompanhamento dos Instrumentos de Governo. Dra. Selma iniciou cumprimentando a todos, e explicou que houve uma reunião entre a Seplan, a Secretaria e a Prefeitura, numa tentativa de se alinhar os prazos, visto que os prazos municipais, do CMS e do Estado são totalmente diferentes, o que causa certas dificuldades para que a Secretaria consiga cumprilos. Passou então a apresentar uma proposta de cronograma, que consiste no seguinte:

100 SETEMBRO 2009: 21 (vinte e um) – CMS avalia proposta de LOA, 28 (vinte e oito) – Secretaria de Planejamento realiza Audiência Pública da proposta da LOA 2010 (dois mil e dez) na Câmara de Vereadores. Até final de Dezembro – Câmara de Vereadores aprova



proposta de LOA 2010 (dois mil e dez). NOVEMBRO 2009 : Até 13 (treze) - Secretaria da Saúde (Planejamento e Gerentes) e SEPLAN iniciam discussão da revisão do PPA para 2011. JANEIRO 2010: 15(quinze) - Secretário encaminha à SEPLAN propostas de adequação do Plano Pluri-Anual para o ano de 2011 (dois mil e onze). FEVEREIRO 2010: 01(primeiro) – Secretaria de Planejamento apresenta às Unidades Gestoras Minuta (consolidada) de revisão do Plano Pluri-Anual para o ano de 2011(dois mil e onze), 03 (três) - Secretário encaminha ao Conselho Municipal de Saúde Minuta de revisão do Plano Pluri-Anual para o ano de 2011; até 22 (vinte e dois) - CMS avalia minuta de revisão do Plano Pluri-Anual para o ano de 2011; até 26 (vinte e seis) - Secretário encaminha para a SEPLAN minuta de revisão do Plano Pluri-Anual para o ano de 2011, com sugestões. MARÇO 2010: Até30 (trinta) – Secretaria de Planejamento realiza na Câmara de Vereadores Audiência Pública da proposta final de revisão do Plano Pluri-Anual para o ano de 2011. ABRIL 2010: 05 (cinco) – Secretaria de Planejamento reúne representantes das Unidades Gestoras (incluindo UAF e Planejamento) para elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011; 19 (dezenove) – Secretário encaminha a SEPLAN propostas de adequação da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011. MAIO 2010: 12 (doze) – Secretaria de Planejamento apresenta às Unidades Gestoras proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011; 17 (dezesete) – Secretário apresenta a proposta de LDO ao CMS; Até30 (trinta) – Câmara de Vereadores aprova revisão do Plano Pluri-Anual para o ano de 2011. JUNHO 2010: Até 07(sete) - CMS avalia proposta de LDO; Até 10 (dez) - Secretário encaminha à SEPLAN sugestões à LDO 2011; Até30 (trinta) - Secretaria de Planejamento realiza na Câmara de Vereadores Audiência Pública da proposta de LDO 2011. JULHO 2010: 02 (dois) - Secretaria de Planejamento reúne representantes das Unidades Gestoras (incluindo UAF e Planejamento) para elaborar a Lei Orçamentária Anual 2011; 16 (dezesesseis) - Secretário encaminha a SEPLAN sugestões à LOA 2011. AGOSTO 2010: 11 (onze) - Secretaria de Planejamento apresenta às Unidades Gestoras Minuta (consolidada) da LOA 2011; 13 (treze) - Secretário encaminha ao Conselho Municipal de Saúde Minuta LOA 2011; Até 30 (trinta) - CMS avalia proposta de LOA; Até 30 (trinta) – Câmara de Vereadores Aprova proposta de LDO 2011. SETEMBRO 2010: 03 (três) - Secretário encaminha a SEPLAN sugestões à LOA 2011; Até 30 (trinta) - Secretaria de Planejamento realiza Audiência Pública da proposta da LOA na Câmara de Vereadores. NOVEMBRO 2010: Até 12 (doze) – Secretaria da Saúde (Planejamento e Gerentes) e SEPLAN: iniciam discussão da revisão do PPA para 2012. DEZEMBRO 2010: Até final DEZ – Câmara de Vereadores aprova proposta de LOA 2011. O conselheiro Valmor João Machado questionou a respeito da reavaliação anual do PPA, porque se ter trabalho analisando e montando um PPA para quatro anos, se todos os anos ele será avaliado novamente. Dra Selma respondeu que sempre foi feito dessa maneira. Quando inicia uma nova gestão de governo, é feito o PPA para os quatro anos. Porém precisamos considerar que quatro anos é um período muito longo, podem surgir novas necessidades ao longo desse período. Portanto a revisão é no sentido de se adequar a novas prioridades que vão surgindo ao longo do ano. O conselheiro Mendes José Maulli disse que o PPA é apenas uma peça, e a maioria dos Executivos, não cumprem nem trinta por cento do PPA ao longo dos quatro anos, perguntou se dessa vez conseguiremos um melhor cumprimento. Dra Selma argumentou que essa é uma pergunta que somente o Gestor pode responder. A conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole citou a Lei 8080 onde rege que as Leis Orçamentárias, de Gestão etc, devem não apenas ser avaliadas pelo Conselho, mas também aprovadas por ele, e a proposta apresentada não está de acordo com tal Lei. Acrescentou que de acordo com a Lei 8142 o Conselho deve cumprir seu papel fiscalizando, controlando, participando das ações, todos os instrumentos de gestão da saúde, mesmo convênios, contratos, tudo deve passar por este Conselho . Aproveitou o momento para questionar porquê não foi apresentado à este Conselho a LDO, e expôs que a Mesa Diretora procurou tal esclarecimento junto ao Procurador do Município, e obteve



PREFEITURA DE JOINVILLE

Secretaria da Saúde



Conselho
Municipal
de Saúde

155 como resposta ofício que reza o seguinte: “**Ofício nº 572/PGM, Ao Conselho Municipal de**
Saúde. Prezados Senhores, Em resposta ao pedido formulado pessoalmente pela Mesa
Diretora desse Conselho na audiência realizada nesta PGM na data de hoje, justificamos
abaixo as razões para o não recebimento do vosso Ofício nº131/09. Conforme procedimento
padrão desta PGM, o documento foi devolvido pela ausência de assinatura do Secretário da
Saúde ou seu substituto legal. Este procedimento, que sempre foi realizado pela PGM, se
160 *fundamenta em suas próprias funções institucionais. A Procuradoria-Geral somente pode*
prestar assessoria aos órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município,
sob pena de desvio funcional, conforme preconiza a Lei Complementar nº90/2000. Como
sabemos os Conselhos Municipais não integram a Administração Pública, são entes
autônomos que exercem função de formuladores das políticas das suas respectivas áreas
165 *de atuação. O que cabe exigir pelos Conselhos é o total suporte operacional por parte da*
Administração Pública, pelo órgão do Poder Executivo ao qual estão vinculados. Ou seja, o
auxílio material e humano para seu pleno funcionamento. Assim, em casos de necessidade
do Conselho, deve o mesmo solicitar à Secretaria respectiva o auxílio profissional dos
funcionários da Administração Pública, inclusive, da Procuradoria-Geral para a emissão de
170 *pareceres nos casos de dúvida jurídica em seu âmbito de atuação. Mas a requisição, a*
princípio, tem que partir do órgão executor ao qual o Conselho encontra-se vinculado (órgão
formulador). Por isso, se a solicitação for realizada diretamente pelo Conselho, necessita de
aquiescência do Secretário, mediante aposição de sua assinatura no documento,
certificando que tem conhecimento do pedido. Salientamos, finalmente, que esta
175 *Procuradoria-Geral sempre auxiliou e continuará auxiliando este Conselho no suporte*
jurídico para o exercício de suas importantes funções, desde que instada a se manifestar
dentro do correto procedimento administrativo acima recomendado. Sendo o que nos
competia informar, renovamos nossos protestos de elevada estima. Atenciosamente: Naim
Andrade Antunes – Procurador-Geral”. Depois da leitura do documento, informou que a
180 Mesa Diretora também procurou o Procurador da República, Dr. Rodrigo. Acrescentou que o
Conselho sempre foi autônomo, e que nos anos anteriores, sempre havia um parecer do
Conselho referente aos Relatórios de Gestão, o que parou de acontecer a partir de dois mil e
oito. Pediu um esclarecimento quanto a como o Conselho deveria se posicionar ante tal
situação. Disse que sempre há um encaminhamento ao Conselho fora da data de reunião, e
185 que devido a isso, no ano de dois mil e dez, todos os meses do período dos Instrumentos de
Gestão será preciso fazer uma reunião extraordinária. Dra Selma respondeu que não se
pode misturar as coisas, pois Plano Anual de Gestão, Plano Municipal, Programação e
Pacto está sob a gerência da SMS, não tem ligação alguma com Seplan. Todos os anos a
Secretaria encaminha todos os Instrumentos de Gestão para o Conselho dentro dos prazos,
190 com período de dois meses para serem analisados. Mas os instrumentos de Governo, que
são os três orçamentários, não estão sob a gestão da Secretaria, mas da Seplan, e os
prazos são regidos pela Lei Orgânica do Município. Na última reunião que houve com a
Seplan, foi apresentada uma nova proposta de cronograma, que foi considerada viável,
apesar de haver certas dificuldades devido à grande complexidade de tais orçamentos.
195 Acrescentou que o objetivo é alinhar os prazos, não excluir o Conselho, e que havia
entendido da Presidente que ela também havia achado a proposta viável. Mas se o
Conselho determinar que tais prazos são inviáveis, pode-se elaborar nova proposta, e
encaminhar à Seplan, para que seja analisada, afirmando mais uma vez que a Secretaria
não deseja excluir ninguém da apreciação de tais documentos, e que talvez seria o caso de
200 o Conselho entrar em contato com a Seplan para resolver o problema, mas nesse meio a
Secretaria tem tentado conciliar os dois lados. A presidente concordou e parabenizou a
postura da Secretaria, mas exemplificou, que se chegar ao Conselho no dia primeiro, a
reunião é sempre na última segunda-feira de cada mês, e ainda precisa ser encaminhado à
Comissão de Assuntos Internos que dará o parecer após uma análise mais detalhada.



205 Senhor Adonis, diretor executivo da Secretaria, esclareceu que a resposta recebida pela Procuradoria, se deve à formalidades, é a maneira como foi estabelecido o fluxo das coisas, mas o Gabinete está à disposição do Conselho. A presidente agradeceu e confirmou que está ciente que o Secretário não tem reservas quanto a tal questão, mas informou que o assunto será levado à Procuradoria Federal, e pediu sugestão aos conselheiros quanto à

210 que encaminhamento se fará à LDO. Conselheiro Valmor João Machado sugeriu que seja encaminhado para análise da CAI. A Presidente colocou em votação que a situação de esclarecimento, através de ofício respondido pelo Procurador Municipal, seja encaminhado à CAI, e tal Comissão traga resposta na próxima reunião. Proposta aceita pela maioria dos conselheiros presentes. Colocou em votação o encaminhamento à CAI do cronograma

215 apresentado pela Secretaria, comparando com a Resolução já existente do Conselho. Aprovado pela maioria dos conselheiros. **2.4** Célia Diefenbach passou a apresentar o Plano de Ação e Eventos Realizados pelo Cerest. Iniciou cumprimentando a todos, e apresentou algumas campanhas feitas pelo Cerest, como o Dia Internacional de Conscientização sobre Ruídos. A campanha foi feita nas universidades, escolas e empresas da cidade de Joinville;

220 nos eventos da Secretaria da Saúde; nos municípios que fazem parte da macrorregião do CEREST de Joinville. Envolveu a realização de palestras sobre o tema da campanha; distribuição de folders, cartazes, postais que foram elaborados e disponibilizados pela equipe organizadora da campanha; distribuição de protetores auditivos; medição dos níveis de ruído nos locais dos eventos, utilizando o decibelímetro (equipamento utilizado para a

225 medição dos níveis de ruído); divulgação na mídia (Internet, jornais e emissoras de rádio); divulgação nos sites da Prefeitura e da Secretaria de Saúde. Foram distribuídos cartazes na Prefeitura Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Saúde; Postos da Secretaria Municipal de Saúde; Secretarias Regionais de Infra Estrutura; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; Todos os lugares onde foram realizadas palestras. A campanha foi

230 também levada à Expoville no dia do Trabalhador, e a cidades da macrorregião, visto que o Cerest é regional. Depois apresentou a resposta às questões levantadas em sua última apresentação. A primeira diz respeito ao gasto elevado com camisetas, e para respondê-la mostrou fotos de eventos como a Semana da Saúde e Segurança no Trabalho, em que todos os alunos, os palestrantes, e as Instituições que aderiram à campanha receberam

235 camisetas, folderes e cartazes. Pontuou que essa campanha atingiu nove mil novecentos e vinte trabalhadores. Outra questão a ser respondida é quanto ao consumo de energia elétrica do Cerest. Explicou que foi feito uma média de consumo de seis meses, que revelou um pico de consumo de mais mil Reais em um certo mês, mas que era na verdade o consumo do SAMU. Esse valor agora já foi devolvido. Passou então à apresentação do

240 Plano de Ação, que já havia sido apresentado ao Conselho em novembro, mas precisou ser revisto quando a nova Coordenação assumiu, portanto apresentou apenas as modificações. **1-** O Seminário de Saúde do Trabalhador, que custaria R\$ 12.000,00 (doze mil Reais), e aconteceria no mês de agosto, foi cancelado devido à Portaria assinada pelo Secretário Municipal de Saúde, que cancelou todos os eventos devido à Gripe. **2-** Capacitação da

245 equipe através de cursos de especialização, passou de *cinco* para *trinta e cinco* profissionais, e valor orçado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais) para R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil Reais). Houve esse aumento, visto que é necessário que se cumpra os Indicadores (sob pena de perda de verba), o que já vem sendo adiado por dois anos. **3-** Curso em parceria com a Fundacentro foi excluído, devido a problemas de parceria entre o

250 Estado e a Fundacentro. **4-** III Encontro da Construção Civil, no valor de R\$ 8.010,00 (oito mil e dez Reais), cancelado também devido à Portaria referente à Gripe. **5-** Reforma e ampliação da área física do Cerest, aumentou de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil Reais) para R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil Reais). A Presidente propôs o encaminhamento do Plano para a CAI. Encaminhamento aprovado pela maioria dos

255 conselheiros presentes. Conforme acordo no início da reunião, Mara Lucia Monteiro, da



Vigilância Sanitária e Ambiental, passou brevemente alguns pontos do Plano de Ação, e encaminhou o documento à Mesa Diretora, colocando à disposição para análise dos conselheiros, pois devido ao adiantado da hora, não havia tempo hábil para apresentação detalhada. Tal documento encontra-se no Anexo II. O senhor Adolar mencionou que não
260 houve especificações quanto a se os valores são anuais ou mensais, e perguntou se encontraria essa informação via site. Senhora Mara respondeu que sim, e especificou que os valores discriminados são anuais. O conselheiro Mendes José Maulli questionou sobre o alto valor gasto com aluguel, se não poderia ser feito convênio com a Prefeitura, para se ocupar um prédio público. Senhora Mara respondeu que o valor do aluguel seria até maior, e
265 quanto ao convênio, é uma questão da competência do gestor. A conselheira Janaína Martins disse que não se sentiu contemplada com a apresentação feita às pressas, e pediu que os documentos fossem encaminhados com mais antecedência. Senhora Mara pediu desculpas, mas justificou dizendo que assumiu agora, e para ela também foi pouco tempo para correr atrás das informações e deixar o plano pronto. Mas solicitou que o parecer seja
270 dado até a reunião do dia vinte e oito, conforme já havia sido informado. A presidente propôs o encaminhamento à CAI. Encaminhamento aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. **2.5** Rediscussão da prática da Comissão Municipal da Saúde do Trabalhador, apresentado pelo Senhor Luiz Bittencourte, que iniciou cumprimentando a todos, e esclareceu que até agora a referida Comissão não havia se apresentado ao Conselho, mas
275 a nova formação feita este ano, pretende trabalhar de acordo com as exigências. Explicou que a Comissão Municipal da Saúde do Trabalhador foi criada de acordo com a LEI Nº. 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, Art. 6º parágrafo 3º “Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos
280 trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho”, e é regida pelo Regimento Interno do CMS : “A Comissão Municipal de Saúde do Trabalhador de Joinville, (C.M.S.T) será constituída por representantes de entidades afins, e ficará subordinada ao C.M.S. e terá como objetivo elaborar diretrizes e políticas de saúde do trabalhador no município de Joinville, tendo caráter consultivo, e deverá encaminhar seus projetos e
285 propostas para apreciação do Conselho.” Apresentou a atual Coordenação, eleita em 2009 (dois mil e nove): Presidente – Luiz de Bittencourt, Vice-Presidente - José Rodrigues dos Santos Filho, Secretária – Adriana Rodrigues Machado, as entidades que fazem parte da Comissão, o cronograma e as pautas das reuniões realizadas este ano, destacando que no
290 início do ano houve a preocupação de fazer com que a referida Comissão se tornasse uma CIST – Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador, conforme pauta do mês de janeiro. Lembrou que as atas das reuniões estão documentadas e entregues à Secretaria Executiva do Conselho. Explicou que o papel fundamental da Comissão é promover a educação permanente de gestores, usuários e trabalhadores do SUS e da sociedade em geral para
295 atuação em saúde do trabalhador, e promover a integração e intersetorialidade de ações dos diversos órgãos, conselhos, fóruns e entidades que atuam em saúde do trabalhador. Apresentou algumas fotos de eventos em que estiveram presentes, atingindo grande número de trabalhadores. Pontuou que a Constituição Federal/88 inova a relação do Estado com a sociedade, tendo por base a participação de organizações da sociedade na
300 formulação e co-gestão das políticas sociais. Propõe a criação de Conselhos: instâncias de negociação e pactuação das propostas institucionais e das demandas da comunidade. Os Conselhos são instâncias colegiadas deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo, constituídos em cada esfera de governo com caráter permanente e composição paritária, isto é, igual número de representantes do governo e da Sociedade Civil. Os Conselhos têm as funções de formular estratégias, controlar e fiscalizar a
305 execução das políticas públicas, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. A Lei



8080/90 determina a constituição de Comissões Intersetoriais Permanentes, criadas e estabelecidas pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde, com a finalidade de articular políticas e programas de interesse para saúde, cujas execuções envolvam áreas não integralmente compreendidas no âmbito do SUS. Expôs que o objetivo da Comissão é conseguir a implantação da CIST, e solicitou espaço para apresentar o tema em reunião futura. A Presidente acrescentou que o intuito da apresentação foi esclarecer aos conselheiros sobre o funcionamento da CMST, visto que nada havia ainda passado pelo Conselho. A referida Comissão deve fazer parte do Conselho, suas reuniões devem ser acompanhadas pela Secretaria Executiva do Conselho, e os coordenadores devem ser conselheiros municipais. Prometeu que o mais rápido possível, o assunto entrará em Pauta. O conselheiro Valmor João Machado pediu esclarecimento quanto à diferença entre a Comissão e o Cerest, e se tal Comissão pertence ao Conselho, porquê a direção não foi eleita pelo Conselho. Senhor Luiz respondeu que o Cerest é um órgão prestador de serviços da SMS, a Comissão representa a comunidade, tudo que o Cerest faz, deve passar pela Comissão, que dará seu parecer ao Conselho, quanto à aprovação. **4 – INFORMES:** 1- Ofício nº 130/09/CMS, encaminhando para apreciação da Plenária, os gastos com coffee break, no 1º e 2º trimestre de 2009, conforme solicitação do conselheiro Douglas. De 26 de janeiro à 29 de junho, incluindo o evento do Dia Mundial da Saúde, com 150 pessoas, e Conferência Municipal, foi gasto total de R\$ 8.515,00 (oito mil quinhentos e quinze Reais), sendo o valor unitário de R\$ 6,50 (seis Reais e cinquenta centavos) por pessoa. A partir do mês de setembro, houve mudança de fornecedor, e ainda não se tem o valor atual. 2- Esclarecimentos referente apresentação dos Instrumentos de Gestão (LOA-LDO-PPA) ao CMS – Mesa Diretora; 3- Ofício circ. Nº 204/CNS, convidando os conselhos de saúde para participar da PLENÁRIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA DE CONSELHOS DE SAÚDE, que será realizada no dia 23 de setembro de 2009, em Brasília-DF, em local a definir. Assuntos de pauta da referida Plenária será a Mobilização para Regulamentação da Emenda Constitucional nº 29/00, com a participação dos gestores estaduais e municipais, no Congresso Nacional. Nenhum conselheiro se apresentou para participar do evento. 4- Ofício da SMS, convidando a presidente do CMS, para participar da mesa de abertura da I Conferência Municipal de Saúde Ambiental, que será realizada nos dias 25 e 26 de setembro, no Centreventos Cau Hansen – Auditório Alfredo Salfer, situado na Avenida José Vieira, 315 – América. Todos os conselheiros estão convidados a participar do evento. Informações e Inscrições através do e_mail: incricaosmsa@saudejoinville.sc.gov.br; 5- A SECMS informa que recebeu a doação de um (01) Pen Drive da marca *Kingston Technology* de 4 Gigabytes, novo, da pessoa física Sr. Tarcísio Crocomo; 6- Ofício da SECMS, encaminhando para apreciação do CMS, nominata da Comissão de Capacitação de Conselheiros de Saúde: Luiza De Bastiani – Centro de Direitos Humanos (usuário); Maria Emília Vieira Fernandes – MOPS (usuário); Neusa Maria Alcântara – Instituto Laços de Solidariedade (usuário); Heloisa Walter da Oliveira – APAE (prestador de serviços); Sirlei Margarida Mascarin – Instituição Bethesda (prestador de serviços); Rita de Cássia Correa – Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (governo). A nominata foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. 7- Ofício nº 256/09, do Comitê de Ética e Pesquisa da Univille, encaminhando relatório do número de projetos avaliados, no ano de 2008 e 2009; 8- Correspondência do Instituto Laços de Solidariedade, datada de 16.09.09, apresentando a Sra Luciene Probst em substituição à Sra. Jane Porto Fernandes, como suplente da Sra Neusa Maria Alcântara, neste conselho; 9- Correspondência do Instituto de nutrição Elisa Bernardine, datada de 31.08.09, manifestando interesse em fazer parte deste conselho, no segmento profissionais de saúde. A solicitação foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. 10- Ofício do CLS do Jardim Sofia, apresentando o Sr. Edson Bazil em substituição ao conselheiro Edílson Meurer Boing, a partir desta data; 11- Ofício nº 335/09, do Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, manifestando interesse em fazer parte



deste conselho, no segmento prestador de serviços e encaminhando como seus representantes o Sr. Ademar Marcelo Soares e a Sra. Estela Mari Galvan Cuchi, titular e
360 suplente, respectivamente. Solicitação aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. 12- Ofício do CLS do Parque Joinville, solicitando a contratação, em caráter de urgência, de quatro técnicos de enfermagem e dois agentes de saúde pública. Aprovado encaminhamento ao gestor. 13- Ofício da Gerência das Unidades de Vigilância em Saúde/Unidade Sanitária, solicitando, com base na Portaria nº 1777/04/GM, a aplicação do
365 Plano Nacional no Sistema Penitenciário e como medida imediata e urgente, a contratação de profissionais para atendimento no Presídio Regional de Joinville. Aprovado encaminhamento à CAI. 14- Ofício nº 065/09 da SMS, comunicando ao CMS, que foi enviado em 03.09.09, ao MS, proposta de prorrogação do Convênio referente a ampliação do CEREST; 15- Correspondência do CLS do Aventureiro I, solicitando, com a máxima
370 urgência, a contratação de um médico, clínico geral, para o posto de saúde. Aprovado encaminhamento ao gestor. 16- **Justificativa de falta na Assembléia do dia 17.08.09: a) SINDFAR**, titular com problemas de saúde e suplente com outro compromisso agendado; **b)HRHDS**, titular em cirurgia de emergência e suplente em viagem; **c)CLS DO NOVA BRASÍLIA**, conselheiro estava participando de capacitação no RS; **Justificativa de falta na**
375 **Assembléia do dia 31.08.09: a) SINDFAR**, titular com problemas de saúde na família. Justificativas aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMS Cléia Aparecida Clemente Giosole deu por encerrada a centésima décima quarta Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte e uma horas, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que
380 vai por todos assinada. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as): **Célia Diefenbach, Renato Monteiro, Ana Maria Jansen, Douglas Calheiros Machado, Heloisa Walter de Oliveira, Fabiana Gadotti, Tércio Egon Paulo, Sirlei Margarida Mascarin, Janaina Martins, Bruna Heinz de Souza, Clóvis Samuel Duarte, Albertina Valentine Cristofolini, Paulo Felipe Heck, Martha Maria Vieira de S A Artilheiro, Valério Rodrigues, Adilson Indalêncio, Antonio Donizetti, Mário Bruckheimer, Antonio Carlos Fernandes Vieira, Elza Francisco, Adalberto Franco de Camargo, Araceli Rezini Rosa, Mendes José Maulli, Mario Luiz Alves, Neusa Maria Alcântara, Maria Emília Vieira Fernandes, Marli Lipinski Wuff, Roberto Tavares, Nelson Antonio de Souza, Roseli Albino Dutra, Cléia Aparecida Clemente Giosole, Edson Basil, Almir Bento Adami, Ivanir Alievi Vieira,**
385 **Eulália Genuim, Anselmo Silvério, Valmor João Machado, Revelino João Fleith, Angelina Sombrio**, representantes da Rede Feminina, do Sindicato dos Mecânicos, da Comissão Municipal de Saúde do Trabalhador, Associação de Moradores, Associação Oportunizar, do IELUSC e da Secretaria Municipal de Saúde.